

Demonstrações Financeiras

Sá Carvalho S.A.

31 de dezembro de 2023

com Relatório do Auditor Independente

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023.....	4
BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	9
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS.....	11
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES.....	12
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	13
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	14
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	15
1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	15
2. BASE DE PREPARAÇÃO.....	16
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	19
4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	20
5. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS.....	20
6. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS.....	21
7. DEPÓSITOS JUDICIAIS.....	21
8. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL.....	22
9. FORNECEDORES.....	25
10. PROVISÕES.....	25
11. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES.....	26
12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	26
13. ENCARGOS SETORIAIS.....	29
14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	29
15. RECEITA.....	32
16. CUSTOS E DESPESAS.....	33
17. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS.....	33
18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	34
19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS.....	35
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	42

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023

Senhores Acionistas,

A Sá Carvalho S.A. (“Companhia”) submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração em conjunto com as Demonstrações Financeiras e o Relatório dos Auditores Independentes referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

A Sá Carvalho

A Sá Carvalho S.A. é uma sociedade anônima, subsidiária integral da Cemig Geração e Transmissão S.A.-Cemig GT e tem sede e foro em Belo Horizonte Estado de Minas Gerais, na Av. Barbacena, 1200, Subsolo 1, Sala 5, Bairro Santo Agostinho e tem por objeto social a produção e a comercialização de energia elétrica, como de concessionária de serviços públicos, através da Usina Hidrelétrica de Sá Carvalho, localizada no Rio Piracicaba, no Município de Antônio Dias, Estado de Minas Gerais.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 2022 era de R\$36.833 mil, dividido em 361.200.000 (trezentos e sessenta e um milhões, duzentos mil) ações, sendo 120.401.400 (cento e vinte milhões, quatrocentos e um mil e quatrocentas) ações ordinárias e 240.798.600 (duzentos e quarenta milhões, setecentos e noventa e oito mil e seiscentas) ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig Geração e Transmissão – CEMIG GT.

DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS**Resultado do exercício**

A Companhia obteve um lucro líquido de R\$65.330 mil em 2023, em comparação a R\$61.505 mil no exercício de 2022, representando aumento de 6,22% justificado principalmente pelo aumento da receita com fornecimento de energia elétrica.

Lucro antes dos juros, tributos, depreciação e amortização - LAJIDA

O LAJIDA é utilizado pela Administração como medida de eficiência da atividade operacional e representa a capacidade potencial de geração de caixa da Companhia através de suas atividades operacionais.

Em 2023, o LAJIDA foi de R\$ 104.871 mil (R\$100.440 mil em 2022) e a margem do LAJIDA foi de 85,32% no mesmo período (86,51% em 2022), conforme demonstrado a seguir:

R\$ mil	2023	2022	Var. %
Resultado líquido	65.330	61.505	6,22
Despesa de IR e CS	31.344	30.700	2,10
Resultado financeiro	(5.385)	(5.316)	1,30
Depreciação e amortização	13.582	13.551	0,23
LAJIDA	104.871	100.440	4,41

Lajida é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras consolidadas, observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O Lajida não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga Lajida porque o utiliza para medir o seu desempenho. O Lajida não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

Receita operacional

O fornecimento de energia elétrica para os clientes totalizou 471.942 MWh (não auditado) durante o exercício de 2023 (471.987 MWh em 2022 – não auditado). O fornecimento bruto auferido foi de R\$171.667 mil em 2023, comparado a R\$161.364 mil no exercício de 2022.

Custos e despesas

Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$31.632 mil em 2023, comparado a R\$29.212 mil em 2022, apresentando variação de 8,28%, justificada pelo aumento de serviços com terceiros e energia elétrica comprada para revenda.

Resultado financeiro

O resultado financeiro em 2023 correspondeu a uma receita financeira líquida de R\$5.385 mil, comparado a receita financeira líquida de R\$5.316 mil em 2022.

Imposto de renda e contribuição social

Em 2023, a Companhia apurou o montante de R\$31.344 mil, referente ao imposto de renda e contribuição social, representando 32% em relação ao lucro de R\$96.676 mil antes dos efeitos fiscais. Comparativamente, em 2022, a Companhia apurou o montante de R\$30.700 mil, representando 34% em relação ao lucro de R\$92.205 mil antes dos efeitos fiscais. Os valores de imposto de renda e contribuição social aumentaram na mesma proporção que aumentaram o resultado antes dos impostos.

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária – AGO, a ser realizada em 2024, que, ao resultado do exercício no montante de R\$65.330, e do saldo de lucros acumulados no valor de R\$1.966, referente à realização da reserva de ajustes de avaliação, seja dada a seguinte destinação:

- O montante de R\$48.997 mil pago em 2023 como dividendos intercalares contempla o valor de dividendos mínimos obrigatórios de R\$33.648 mil; e
- R\$18.299 para pagamento de dividendos adicionais propostos.

Os dividendos devem ser pagos aos acionistas até 31 de dezembro de 2024, conforme disponibilidade de Caixa e a critério da Diretoria, fazendo jus ao recebimento os acionistas que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registro de Ações Nominativas na data da Assembleia Geral que deliberar sobre esse assunto.

SEGURANÇA DE BARRAGENS

A Companhia segue as mesmas diretrizes de segurança de barragens de sua controladora, Cemig GT, sendo esta responsável pelo investimento, manutenção e segurança das barragens do Grupo Cemig, por meio de contrato de operação e manutenção.

O processo realizado pela Cemig GT que visa garantir a segurança das barragens utiliza, em todas as suas etapas, uma metodologia respaldada nas melhores práticas nacionais e internacionais, atendendo também à lei federal 12.334/2010, alterada pela Lei 14.066/2020, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), e a sua regulamentação associada (Resolução Normativa nº 696/2015 da Aneel).

Neste contexto, são contemplados os procedimentos de inspeção em campo, coleta e análise de dados de instrumentação, elaboração e atualização dos planos de segurança das barragens, planejamento e acompanhamento de serviços de manutenção, análise dos resultados e classificação das estruturas civis. Tendo como base a classificação das estruturas, são estabelecidas a frequência das inspeções de segurança e a rotina de monitoramento.

A vulnerabilidade de cada barragem é calculada automaticamente de forma contínua e monitorada por sistema especializado em segurança de barragens. Entre as atividades são feitas também revisões periódicas de segurança de barragem, que envolvem, além dos profissionais da Cemig GT, usualmente, equipe multidisciplinar de especialistas externos.

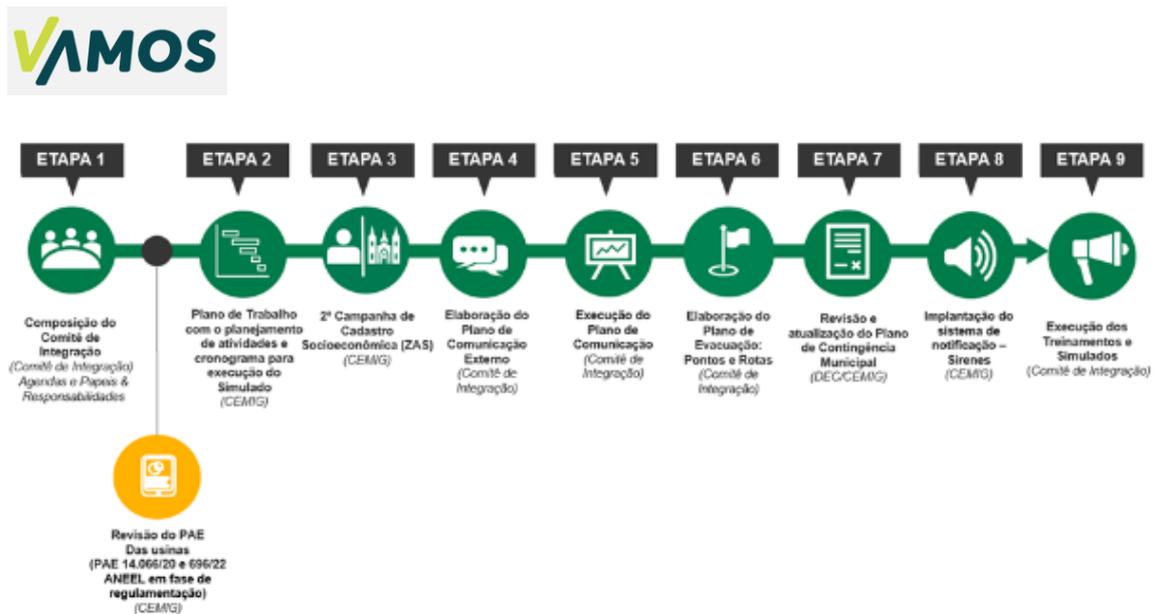
Estão disponíveis, atualmente, planos de ação de emergências (“PAE”) específicos para cada barragem, contemplando os seguintes itens:

- Identificação e análise de possíveis situações de emergência;
- Procedimentos de identificação de mau funcionamento ou condições potenciais de ruptura;
- Procedimentos de notificação;
- Procedimentos preventivos e corretivos a serem adotados em situações de emergência;
- Responsabilidades; e
- Divulgação, treinamento e atualização.

Os Planos de Ação de Emergências são documentos que sofrem atualizações ao longo do tempo, incorporando novos dados e metodologias, a fim de buscar sua efetividade durante um evento crítico. Buscando dar celeridade à tomada de decisão, a preparação para a emergência é dividida em duas vertentes: ações internas do empreendedor e ações externas de notificação e alerta. Para o segundo objetivo, a Cemig protocolou um plano de comunicação junto às Defesas Civis e prefeituras de jusante de seus barramentos, oficializando os limites de cada nível de alerta e quais são os canais de comunicação a serem realizados. Junto aos planos de comunicação, foram protocolados mapas de inundação para cheias naturais, além das manchas hipotéticas de ruptura.

Mantendo a sua política de estreitar o relacionamento com o público externo, em 2023, assim como ocorrido para as barragens, e específico para a população afeta ao PAE das barragens, deu-se continuidade ao cronograma de atividades dentro do “Projeto VAMOS”, que concentra agenda e metodologia dedicada para integração dos PAEs das barragens aos PLANCONS- Planos de Contingência dos municípios correlacionados.

Após a constituição dos 17 CIs- Comitês de Integração dos PAEs para 18 barragens da CEMIG holding em 2022, o ano de 2023 se caracterizou pela execução dos seus respectivos cronogramas de atividades, conforme roteiro abaixo:



Dentro do cronograma 2023, foram executados:

- 06 Simulados de Evacuação com a população mapeada na ZAS para as barragens das PCHs: Coronel Domiciano, Dona Rita e Piau, e para as UHEs: Rosal, Sá Carvalho e Queimado;
- 07 Diagnósticos da ZAS realizados para as UHEs: Três Marias, Sá Carvalho, Rosal, e para as PCHs: Dona Rita, Coronel Domiciano, Peti e Piau;
- 07 Planos de Trabalhos entregues para as UHEs: Três Marias, Sá Carvalho, Rosal e para as PCHs: Dona Rita, Coronel Domiciano, Peti e Piau;
- 05 Ações de Cadastro da população da ZAS realizados, para as UHEs Três Marias, Rosal e Sá Carvalho e para as PCHs: Peti e Coronel Domiciano.
- 08 Planos de Comunicação em elaboração, para as UHEs: Rosal, Sá Carvalho, Queimado e Três Marias e para as PCHs: Coronel Domiciano, Dona Rita, Piau, Peti;
- 06 Planos de Evacuação em andamento, para as UHEs: Três Marias, Sá Carvalho e Rosal e para as PCHs: Coronel Domiciano, Dona Rita e Piau;

Ainda em 2023, dentro do escopo do “Programa Proximidade”, através de suas reuniões também foram abordados os temas: Meteorologia, Operação dos Reservatórios, Segurança de Barragens e Informes do PAE junto ao público participante, divulgando também as tratativas da Cemig para os temas Recursos Hídricos e Segurança de

Barragens, listando todas as metodologias aplicadas e responsabilidades da Cemig para esses temas.

As reuniões ocorreram nas UHEs Camargos/Itutinga, Rosal, Irapé, Queimado e Theodomiro Carneiro Santiago. Os eventos contaram com a participação de cerca de 242 pessoas, dos mais diversos públicos e instituições, lideranças municipais e usuários de água, inclusive, de órgãos de resposta a emergências (Defesas Civas Municipais e Corpo de Bombeiros).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Companhia é grata ao Governo do Estado de Minas Gerais, pela confiança e apoio constantemente manifestados durante o ano. Estendem também os agradecimentos às demais autoridades federais, municipais, à Diretoria da Cemig e, em especial, à dedicação de sua qualificada equipe de empregados.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

ATIVO

	Nota	2023	2022
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	2.579	4.589
Títulos e valores mobiliários	4	4.011	22.227
Consumidores, concessionárias e permissionárias	5	11.499	10.829
Tributos compensáveis	6	491	17.122
Outros ativos		1	16
TOTAL DO CIRCULANTE		18.581	54.783
NÃO CIRCULANTE			
Títulos e valores mobiliários	4	-	84
	6	121	63
Depósitos judiciais	7	1.768	1.766
Imobilizado	8	98.086	103.456
Intangível	8	20.765	28.413
Direito de uso		234	83
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		120.974	133.865
ATIVO TOTAL		139.555	188.648

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

PASSIVO

	Nota	2023	2022
CIRCULANTE			
Fornecedores	9	2.729	2.523
Obrigações sociais e trabalhistas		506	498
Impostos, taxas e contribuições	11	4.938	4.727
Imposto de renda e contribuição social	12a	10.042	9.983
Dividendos a pagar	14	-	31.614
Encargos setoriais	13	3.658	3.502
Outras obrigações		345	344
Passivo de arrendamentos		44	11
TOTAL DO CIRCULANTE		22.262	53.202
NÃO CIRCULANTE			
Encargos setoriais	13	2.495	2.264
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12b	21.920	25.763
Provisões	10	734	-
Outras obrigações		6	4
Passivo de arrendamentos		204	79
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		25.359	28.110
TOTAL DO PASSIVO		47.621	81.312
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14		
Capital social		36.833	36.833
Reservas de lucros		25.666	39.102
Reserva de ajuste de avaliação patrimonial		29.435	31.401
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		91.934	107.336
PASSIVO TOTAL		139.555	188.648

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de Reais, exceto resultado por lote de mil ações)

	Nota	2023	2022
RECEITA LÍQUIDA	15	122.922	116.101
CUSTOS	16		
Custos com energia elétrica		(5.328)	(4.918)
Custos de Operação		(23.493)	(21.593)
		(28.821)	(26.511)
LUCRO BRUTO		94.101	89.590
DESPESAS	16		
Despesas gerais e administrativas		(1.126)	(1.876)
Outras despesas		(1.686)	(825)
		(2.812)	(2.701)
Resultado operacional antes do resultado financeiro e impostos		91.289	86.889
Receitas financeiras	17	6.552	5.883
Despesas financeiras	17	(1.167)	(567)
		5.385	5.316
Resultado Antes dos Impostos sobre o Lucro		96.674	92.205
Imposto de renda e contribuição social correntes	12c	(35.186)	(34.262)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12c	3.842	3.562
RESULTADO DO EXERCÍCIO		65.330	61.505

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES**PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022****(Em milhares de Reais)**

	2023	2022
RESULTADO DO EXERCÍCIO	65.330	61.505
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	65.330	61.505

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de ajustes de avaliação patrimonial	Reserva de lucros		Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Retenção de lucros		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	36.833	33.367	7.367	30.820	-	108.387
Aprovação dividendos adicionais propostos	-	-	-	(30.820)	-	(30.820)
Resultado do exercício	-	-	-	-	61.505	61.505
Realização da reserva de ajustes de avaliação	-	(1.966)	-	-	1.966	-
Destinação do lucro proposta à AGO:						
Dividendos obrigatórios	-	-	-	-	(30.923)	(30.923)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	31.735	(31.735)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(813)	(813)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	36.833	31.401	7.367	31.735	-	107.336
Aprovação dividendos adicionais propostos	-	-	-	(31.735)	-	(31.735)
Resultado do exercício	-	-	-	-	65.330	65.330
Realização da reserva de ajustes de avaliação	-	(1.966)	-	-	1.966	-
Destinação do lucro proposta à AGO:						
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	18.299	(18.299)	-
Dividendos Intermediários 2023 (contempla mínimo obrigatório)	-	-	-	-	(48.997)	(48.997)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	36.833	29.435	7.367	18.299	-	91.934

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022****(Em milhares de Reais)**

	2023	2022
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do exercício	65.330	61.505
Ajustes por:		
Depreciação e amortização (Nota 8)	13.554	13.548
Amortização do direito de uso	28	3
Juros sobre passivo de arrendamentos	17	11
Imposto de renda e contribuição social (Nota 12)	31.344	30.700
Juros e variações monetárias	(6.755)	(4.468)
Variação monetária depósito judicial (Nota 17)	(1)	6
Provisão para contingências (Nota 10)	734	(150)
	104.251	101.155
(Aumento) Redução de ativos		
Consumidores, concessionárias e permissionárias (Nota 5)	(670)	(1.650)
Tributos compensáveis (Nota 6)	5.067	8.946
Depósitos judiciais (Nota 7)	(2)	(66)
Outros ativos	19	86
	4.414	7.316
(Redução) Aumento de passivos		
Fornecedores (Nota 9)	206	66
Obrigações sociais e trabalhistas	8	60
Impostos, taxas e contribuições (Nota 11)	211	656
Imposto de renda e contribuição social (Nota 12)	-	(122)
Encargos setoriais (Nota 13)	387	230
Outras obrigações	3	7
	815	897
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	109.480	109.368
Imposto renda e contribuição social pagos	(23.622)	(41.275)
Juros recebidos	6.735	3.954
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	92.593	72.047
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aplicações em Títulos e Valores Mobiliários	(129.309)	(132.594)
Resgates de Títulos e Valores Mobiliários	147.629	121.462
Imobilizado e intangível (Nota 8)	(537)	(363)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	17.783	(11.495)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Dividendos pagos (Nota 14)	(112.346)	(56.641)
Arrendamentos pagos	(40)	(11)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(112.386)	(56.652)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(2.010)	3.900
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 3)	4.589	689
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício (Nota 3)	2.579	4.589
	(2.010)	3.900

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 e 2022

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Sá Carvalho S.A. (“Companhia” ou “Sá Carvalho”), sociedade anônima de capital fechado, é concessionária de geração de energia elétrica tendo recebido autorização para exploração do potencial hidráulico da Usina Sá Carvalho através da Resolução ANEEL nº 466, de 29 de novembro de 2000, domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Barbacena, 1.200, 12º andar, Santo Agostinho, Belo Horizonte/MG – CEP 30.190 – 131. A Companhia tem como controladora a Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Cemig GT”) e como controladora final a Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”).

A Companhia tem por objetivo a produção e comercialização da energia produzida na referida usina, localizada no Rio Piracicaba, no município de Antônio Dias – Minas Gerais e possui a concessão pública federal para a exploração do potencial hidráulico da Usina Sá Carvalho, conforme Contrato de Concessão nº 001/2004.

A Companhia é subsidiária integral da Cemig Geração e Transmissão (“CEMIG GT”). Em 15 de dezembro de 2000, após a aquisição da usina de Sá Carvalho pelo Grupo Cemig, a Companhia iniciou suas operações, com a assinatura do Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica com a Aperam Inox América do Sul S.A., para atender parte das necessidades de energia das instalações industriais daquela Companhia em Timóteo – Minas Gerais.

A usina de Sá Carvalho teve sua garantia física revisada de 58 para 56,1 MW médios, a partir de 1º de janeiro de 2018, definidos pela Portaria 178/2017 do Ministério de Minas e Energia.

Em 30 de novembro de 2022, foi publicada a portaria Nº 709/GM/MME onde houve revisão extraordinária de garantia física, alterando de 56,1MW médios para 54,4MW médios.

A Sá Carvalho S.A., via contratos de compartilhamento de infraestrutura e de engenharia regulados pela ANEEL, presta os serviços administrativos e de operação e manutenção para a Companhia.

Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e entende que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. A Companhia apresentou um capital circulante líquido negativo em 31 de dezembro de 2023 decorrente do pagamento de dividendos no final do exercício. O negócio possui geração de caixa operacional e rentabilidade suficientes para suprir eventuais necessidades de caixa. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro (MCSE) e das normas definidas pela Aneel, quando estas não são conflitantes com os pronunciamentos do CPC.

As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Diretoria da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras em 3 de maio de 2024.

2.2. Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos de acordo com as normas aplicáveis, conforme detalhado na nota explicativa nº 19.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações Financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras estão apresentadas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 8 – Imobilizado e Intangível (previsão de vida útil dos ativos);
- Nota 10 – Provisões (estimativa confiável do valor das obrigações);
- Nota 12 - Imposto de Renda e Contribuição Social (reconhecimento do diferido, previsão de lucros tributáveis futuros e incertezas sobre os tributos sobre o lucro);

- Nota 15 – Receita líquida (reconhecimento do fornecimento não faturado);
- Nota 19 - Instrumentos Financeiros e Gestão de Riscos (mensuração dos valores justos).

2.5 Redução ao valor recuperável

A Administração avalia, ao final de cada período de reporte, se ocorreram eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas dos seus ativos ou Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da UGC e, tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é reconhecida a perda por desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

2.7. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023

As alterações apresentadas a seguir entraram em vigor em 01 de janeiro de 2023 e não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Norma	Descrição da alteração
CPC 50 – Contratos de seguro	O CPC 50 estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro e substitui o CPC 11 – Contratos de Seguro. A norma tem como objetivo geral fornecer um modelo contábil para contratos de seguro, independentemente do tipo de entidade que os emite, que seja mais útil e consistente para as emissoras de seguros. A Companhia não possui quaisquer contratos que atendam à definição de contrato de seguro de acordo com o CPC 50.
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro – Definição de estimativas contábeis	A Companhia adotou as alterações ao CPC 23 pela primeira vez no exercício corrente. As alterações substituem a definição de mudança nas estimativas contábeis pela definição de estimativas contábeis. De acordo com a nova definição, estimativas contábeis são “valores monetários nas demonstrações financeiras sujeitos à incerteza na mensuração”. A definição de mudança nas estimativas contábeis foi excluída.
CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis	A Companhia adotou as alterações à CPC 26 pela primeira vez no exercício corrente. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as entidades a fornecer informações úteis sobre políticas contábeis específicas da entidade que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações financeiras. A Companhia revisou a apresentação de suas políticas contábeis e manteve a apresentação, nas demonstrações financeiras, apenas das que foram julgadas como materiais.
CPC 32 – Imposto sobre o Rendimento	A Companhia adotou as alterações à CPC 32 pela primeira vez no exercício corrente. As alterações visam restringir o âmbito de aplicação da isenção de reconhecimento inicial, de modo que não se aplique a operações que deem origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias, resultando no reconhecimento de um ativo de impostos diferidos e um passivo de impostos diferidos por diferenças temporárias decorrentes do reconhecimento inicial de arrendamentos e provisões para

desmantelamento. Não houve impacto sobre os lucros e prejuízos acumulados de abertura em janeiro de 2023, ou qualquer impacto no resultado da Companhia, estando o efeito dessa adoção relacionado apenas à apresentação de ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos.

2.6. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

Norma	Descrição da alteração	Início da vigência
CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis – Revisão da classificação de passivos como circulantes e não circulantes	Esclarece que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes na data do balanço, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas na data do balanço, e introduzem a definição de ‘liquidação’ para esclarecer que a liquidação se refere à transferência para uma contraparte de caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços.	01/01/2024
CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis, CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa e CPC 40 – Instrumentos financeiros: evidenciação – Acordos de financiamento de fornecedores (“Risco sacado”)	As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores (“Risco Sacado”) que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. Para atender o objetivo de divulgação, a entidade deve divulgar, no todo, para seus acordos de financiamento de fornecedores, os termos e as condições dos acordos, o valor contábil, e correspondentes rubricas apresentadas no balanço patrimonial da entidade, dos passivos que fazem parte dos acordos, o valor contábil, e correspondentes rubricas pelas quais os fornecedores já receberam pagamento daqueles que fornecem o financiamento, as faixas das datas de vencimento dos pagamentos para os passivos financeiros que fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores e contas a pagar comparáveis que não fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores, e informações sobre o risco de liquidez.	01/01/2024
CPC 06 - Arrendamentos - Passivo de arrendamento em uma transação de “Sale and Leaseback”	Acrescenta exigências de mensuração subsequente para transações de venda e <i>leaseback</i> , que satisfazem as exigências do CPC 47, para fins de contabilização como venda. As alterações requerem que o vendedor-arrendatário determine ‘pagamentos de arrendamento’ ou ‘pagamentos de arrendamento revisados’ de modo que o vendedor-arrendatário não reconheça um ganho ou perda relacionado ao direito de uso retido pelo vendedor-arrendatário, após a data de início. As alterações não afetam o ganho ou a perda reconhecida pelo vendedor-arrendatário relacionado ao término total ou parcial de um arrendamento. Sem essas novas exigências, um vendedor-arrendatário pode ter reconhecido um ganho sobre o direito de uso que retém exclusivamente devido à remensuração do passivo de arrendamento (por exemplo, após uma modificação ou mudança de arrendamento no prazo do arrendamento) que aplica as exigências gerais na CPC 06. Esse pode ter sido particularmente o caso em um retroarrendamento que inclui pagamentos de arrendamento variáveis que não dependem de um índice ou taxa.	01/01/2024

Em relação aos normativos em discussão no órgão competente ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou impactos significativos.

2.8 Reclassificação de itens nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC)

A Companhia efetuou ajustes de classificação de itens na DFC de forma a melhorar a qualidade da divulgação das informações contábeis.

A apresentação do movimento ocorrido na rubrica de Títulos e Valores Mobiliários era divulgada em bases líquidas, no fluxo das atividades de investimento. A partir de 2023, a Companhia segregava esse movimento, passando a apresentar os juros efetivamente recebidos como parte do fluxo de caixa das atividades operacionais e as aplicações e resgates, de forma separada, no fluxo de caixa das atividades de investimento. Além disso, a Companhia passou a ajustar o lucro com o montante total do imposto de renda reconhecido no resultado.

A fim de manter a comparabilidade, as informações correspondentes ao exercício de 2022 estão sendo apresentadas nesse mesmo critério.

2.9 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis, descritas em detalhe nas notas explicativas, têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, em conformidade às normas e regulamentos descritos no item 2.1 – Declaração de conformidade.

Adicionalmente, a Companhia adotou a alteração ocorrida no CPC 26 a partir de 1º de janeiro de 2023. As alterações estabelecem a divulgação das políticas contábeis “materiais”, em vez de “significativas”. Não houve nenhum impacto nas políticas contábeis adotadas pela Companhia, tendo afetado apenas a divulgação.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os caixas e equivalentes de caixa são compostos por saldos em contas correntes bancárias e aplicações de curto prazo com alta liquidez, sujeitos a risco insignificante de mudança de valor, mantidos para atender a gestão de caixa de curto prazo da Companhia, conforme segue:

	2023	2022
Bancos conta movimento	649	737
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários – CDBs	103	105
Overnight	1.827	3.747
TOTAL	2.579	4.589

Os **Certificados de Depósitos Bancários – CDBs** pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário – CDI divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP, que atinge 99% em 31 de dezembro de 2023 (99% em 31 de dezembro de 2022), conforme operação. Para esses CDBs, a Companhia possui operações compromissadas afirmando, em suas respectivas notas de negociação, o compromisso de recompra do título pelo banco, à vista, na data de vencimento da operação, ou antecipadamente.

As **operações de overnight** consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada que variam em 11,42% a.a. a 11,65% a.a em 31 de dezembro de 2023 (entre 13,62% a.a. a 13,64% a.a. em 31 de dezembro de 2022).

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2023	2022
Circulante		
Certificados de Depósitos Bancários - CDBs	383	2.441
Letras Financeiras Bancos - LFs	2.472	14.536
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs	1.115	5.123
Debêntures	41	127
	4.011	22.227
Não circulante		
Debêntures	-	84
	-	84
	4.011	22.311

As **Letras Financeiras – Bancos (LFs)** são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). As LFs que compõem a carteira da Companhia possuem taxa de remuneração que variam entre 108,6% a 111,98% do CDI em 31 de dezembro de 2023 (entre 103,30% a 110,26% em 31 de dezembro de 2022).

As **Letras Financeiras do Tesouro (LFTs)** são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa SELIC diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título em 2023 variaram entre 11,83% a.a. a 11,85% a.a. (13,65% a.a. a 13,88% a.a. em 2022).

Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem a seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures que compõem a carteira da Companhia possuem taxa de remuneração que variam entre Taxa Referencial (TR) + 1% e 118,69% do CDI em 31 de dezembro de 2023 (entre Taxa Referencial (TR) + 1% e 114,29% do CDI em 31 de dezembro de 2022).

As políticas contábeis materiais e a classificação destes títulos e valores mobiliários estão demonstradas na nota explicativa nº 19. As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas estão demonstradas na nota explicativa nº 18.

A Companhia classifica de forma consistente os rendimentos resgatados desses títulos e valores mobiliários como parte do fluxo de caixa da atividade operacional, pois entendem que essa é a apresentação mais adequada de acordo com suas atividades.

5. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

Classe de consumidor	Saldos a vencer	Total	
	Não faturado	2023	2022
Fornecimento industrial	11.499	11.499	10.829
Total	11.499	11.499	10.829

Não há valores relevantes vencidos e não há perspectiva de perda. Dessa forma, não foi necessária a constituição de provisão para perda de créditos esperadas.

A exposição da Companhia ao risco de crédito relacionado a consumidores e revendedores está divulgada na nota explicativa nº 19.

Política contábil

As contas a receber de consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia são registradas inicialmente pelo valor da energia fornecida e mensuradas pelo custo amortizado. Essa rubrica inclui os respectivos tributos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados tributos a recuperar.

Os saldos são reconhecidos inicialmente ao preço de transação, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzidas das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável, e reconhecendo-se os respectivos tributos diferidos. Conforme requerido pelo CPC 48, é efetuada análise do saldo e, quando necessário, são reconhecidas perdas na realização desses ativos.

6. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	2023	2022
Circulante		
PIS a recuperar (1)	84	2.992
COFINS a recuperar (1)	387	14.091
ICMS a recuperar	20	39
	491	17.122
Não circulante		
ICMS a recuperar	49	-
PIS a recuperar (1)	13	11
COFINS a recuperar (1)	59	52
	121	63
Total	612	17.185

- (1) Créditos oriundos da reversão do PIS/Pasep e da Cofins, pela exclusão do ICMS da base de cálculo dos respectivos tributos. A parcela classificada no ativo circulante possui processo de homologação concluído e processo de compensação com saldos passivos de PIS/Pasep e Cofins, bem como outros impostos federais. Espera-se que tais créditos sejam consumidos ao longo do próximo exercício.

7. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	2023	2022
Trabalhistas	190	188
IRRF sobre juros sobre capital próprio	1.316	1.316
Outros	262	262
TOTAL	1.768	1.766

8. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

	Taxa média anual de depreciação / amortização (%)	2023			2022		
		Custo	Depreciação/ amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação/ amortização acumulada	Valor líquido
Em serviço		219.429	(123.063)	96.366	218.813	(117.156)	101.657
Custo histórico (imobilizado)	2,84	219.429	(123.063)	96.366	218.813	(117.156)	101.657
Intangível	20,00	40.015	(19.250)	20.765	40.015	(11.602)	28.413
		259.444	(142.313)	117.131	258.828	(128.758)	130.070
Em curso							
Geração		1.720	-	1.720	1.799	-	1.799
Total imobilizado		221.149	(123.063)	98.086	220.612	(117.156)	103.456
Total imobilizado e intangível		261.164	(142.313)	118.851	260.627	(128.758)	131.869

A movimentação do imobilizado e do intangível é como segue:

	Valor bruto em 31/12/2022	Adições (A)	Baixas (B)	Transferência (C)	Valor bruto em 31/12/2023	Depreciação/ amortização acumulada	Valor líquido em 31/12/2023
Intangível							
Ativos da concessão - GSF	39.690	-	-	-	39.690	(18.969)	20.721
Outros	325	-	-	-	325	(281)	44
	40.015	-	-	-	40.015	(19.250)	20.765
Imobilizado							
Terrenos, o. civis, benfeitorias e edificações	114	-	-	-	114	-	114
Reservatórios, barragens e adutoras	104.746	-	-	-	104.746	(58.068)	46.678
Edificações, obras civis e benfeitorias	20.572	-	-	-	20.572	(7.322)	13.250
Máquinas e equipamentos	93.354	-	-	616	93.970	(57.652)	36.318
Móveis e utensílios	27	-	-	-	27	(21)	6
Em Serviço	218.813	-	-	616	219.429	(123.063)	96.366
Em curso	1.799	537	-	(616)	1.720	-	1.720
Total do Imobilizado	220.612	537	-	-	221.149	(123.063)	98.086
Total Imobilizado e Intangível	260.627	537	-	-	261.164	(142.313)	118.851

	Valor bruto em 31/12/2021	Adições (A)	Baixas (B)	Transf. (C)	Valor bruto em 31/12/2022	Deprec./amort. acum.	Valor líquido em 31/12/2022
Intangível							
Ativos da concessão - GSF	39.690	-	-	-	39.690	(11.382)	28.308
Outros	325	-	-	-	325	(220)	105
	40.015	-	-	-	40.015	(11.602)	28.413
Imobilizado							
Terrenos, o. civis, benfeitorias e edificações	114	-	-	-	114	-	114
Reservatórios, barragens e adutoras	104.708	-	-	38	104.746	(55.565)	49.181
Edificações, obras civis e benfeitorias	20.572	-	-	-	20.572	(6.737)	13.835
Máquinas e equipamentos	93.012	-	-	342	93.354	(54.834)	38.520
Móveis e utensílios	27	-	-	-	27	(20)	7
Em Serviço	218.433	-	-	380	218.813	(117.156)	101.657
Em curso	1.816	363	-	(380)	1.799	-	1.799
Total do Imobilizado	220.249	363	-	-	220.612	(117.156)	103.456
Total Imobilizado + Intangível	260.264	363	-	-	260.627	(128.758)	131.869

Os ativos imobilizados são depreciados pelo método linear e as taxas utilizadas, que representam a vida útil econômica dos respectivos ativos, são as definidas pela ANEEL, com exceção dos ativos que possuem vida útil superior a data de término da concessão, uma vez que estes ativos, desde que pertencentes ao projeto original, não serão indenizados ao término da concessão. As principais taxas anuais de depreciação, que consideram a vida útil esperada dos ativos, são revisadas anualmente pela Administração. Em 2023, a taxa média de depreciação anual foi de 4,68% (4,30% em 2022).

Política contábil

Os ativos imobilizados da Companhia são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição ou formação, incluindo custo atribuído, custos de desmantelamento e encargos financeiros capitalizados, deduzidos da depreciação acumulada e de perdas por redução ao valor recuperável, se houver.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo imobilizado são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento de sua baixa.

Os ativos intangíveis compreendem, principalmente, os ativos referentes aos contratos de concessão de serviços descritos anteriormente e *softwares*. São mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento de ativos intangíveis, correspondente à diferença entre o seu valor contábil e o valor líquido da venda, é reconhecido na Demonstração do Resultado como "Outras despesas, líquidas".

Estimativas e julgamentos

A depreciação é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço e investimentos em consórcio pelo método linear, mediante aplicação das taxas que refletem a vida útil estimada dos bens, para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica, limitadas, em determinadas situações ao prazo dos contratos de concessão aos quais se referem.

Os componentes relevantes de determinados ativos que são substituídos ao longo da vida útil econômica do ativo principal são reconhecidos de forma separada e depreciados pelo período estimado até a sua substituição. Os gastos com manutenções periódicas são reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos.

A amortização do ativo intangível é linear, pelo novo prazo remanescente da concessão, ou seja, o prazo da extensão do direito de outorga da concessão foi adicionado ao prazo originalmente acordado, para cálculo do novo período de amortização.

O valor justo do direito de extensão da outorga foi estimado, conforme tabela abaixo, utilizando a abordagem da receita, por meio da qual se converte valores futuros em um valor único atual, descontado pela taxa de rentabilidade aprovada pela Administração para a atividade de geração de energia, refletindo as expectativas de mercado atuais, baseando-se em premissas internas da Companhia, em relação aos valores futuros.

Agente/Usina	Ativo intangível – Direito de extensão da outorga	Fim da concessão	Extensão em dias	Novo fim da concessão
Sá Carvalho	39.690	01/12/2024	634	27/08/2026

Repactuação do Risco Hidrológico (Generation Scaling Factor – GSF)

Nos termos da Lei nº 13.203/2015 e alterações posteriores, houve a repactuação do risco hidrológico estabelecendo o direito de ressarcimento pelos custos incorridos com o GSF, assumidos pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) entre os anos de 2012 e 2017

O procedimento adotado pela Aneel para essa compensação foi a extensão dos prazos de outorga dessas usinas. Assim, foi reconhecido pela Companhia, um ativo intangível que representa esse direito de extensão das concessões.

No reconhecimento inicial, o valor justo do direito de extensão da outorga foi estimado individualmente por usina, utilizando a abordagem da receita, por meio da qual se converte valores futuros em um valor único atual, descontado pela taxa de rentabilidade aprovada pela Administração para a atividade de geração de energia, refletindo as expectativas de mercado atuais em relação aos valores futuros.

A vida útil dos ativos que compõem o ativo imobilizado e o intangível foi ajustada para o novo prazo remanescente da concessão, ou seja, o prazo da extensão do direito de outorga da concessão foi adicionado ao prazo originalmente acordado. Assim, a amortização é realizada pelo método linear até o final do novo prazo de concessão.

9. FORNECEDORES

	2023	2022
Circulante		
Suprimento de energia elétrica – CCEE	943	1.020
Materiais e serviços	1.786	1.503
	2.729	2.523

A Companhia reconhece obrigações provenientes de contratos com a Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Cemig GT”), conforme apresentado na nota explicativa nº 18 destas Demonstrações Financeiras.

10. PROVISÕES

	2021	Adições	Reversões	Liquidações	2022	Adições	Reversões	Liquidações	2023
Provisões									
Trabalhistas	-	-	-	-	-	710	-	-	710
Honorários de êxito	150	-	(150)	-	-	-	-	-	-
Outras	-	-	-	-	-	24	-	-	24
Total	150	-	(150)	-	-	734	-	-	734

Os passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível e a Companhia acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial, são:

- R\$659 (R\$618 em 2022) referente a auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil em razão da não adição ou dedutibilidade indevida de valores da base de cálculo da CSLL nos exercícios de 2008 e 2009, com destaque para as parcelas relativas a: i) tributos com exigibilidade suspensa; ii) doações e patrocínios (Lei nº 8.313/91); e iii) multas por infrações de naturezas diversas;
- R\$793 (R\$1.273 em 2022), dos quais R\$710 foram provisionados, referente às ações de natureza trabalhista, onde se discute a abstenção de contratação de empregados sem prévia aprovação em concurso, verbas rescisórias e adicional de periculosidade;
- R\$185 (R\$174 em 2022) referente à não homologação de compensação de crédito tributário federal (Cofins) pelo reconhecimento da insuficiência do crédito tributário;
- R\$215 (R\$150 em 2022), dos quais R\$24 foram provisionados, referente a ações ambientais em decorrência de supostas irregularidades em função de sua operação.
- R\$55 (R\$50 em 2022) referente a processo administrativo por inconformidade na homologação do PER/DCOM.
- R\$496 (R\$138 em 2022) referente a processos de responsabilidade civil, onde são requeridas indenizações por danos morais e materiais, entre outros, decorrentes de incidentes ocorridos durante o curso normal dos negócios.

A Administração acredita que eventuais desembolsos, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das operações e a posição financeira da Companhia.

Política contábil

As provisões são reconhecidas pela companhia quando: (i) há uma obrigação presente resultante de evento passado; (ii) é mais provável que sim do que não de que será necessária uma saída de

recursos financeiros para liquidar a obrigação; e (iii) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Os valores são reconhecidos somente nas despesas operacionais, sendo observadas situações como: (i) os valores relacionados a desapropriação e constituição de servidão não impactam o resultado da Companhia, pois o desembolso é compreendido como investimento na aquisição de imóveis; (ii) processos administrativos, em que discussões ocorrem em esfera administrativa, são avaliados quanto à sua probabilidade de perda na esfera judicial; (iii) o valor assumido das ações jurídicas relativas à cota parte da Companhia, prevista em contrato, e terá o mesmo tratamento que o aplicado aos demais processos; e (iv) processos relevantes que possuem depósitos judiciais em garantia são provisionados com base no valor atualizado do saldo do depósito realizado somente quando estes representarem a provável saída de caixa para liquidar a obrigação e nenhuma outra saída de caixa for exigida.

Estimativas e julgamentos

Em relação ao passivo contingente, é uma obrigação possível que resulta de eventos passados, cuja confirmação depende de um ou mais eventos futuros incertos e não totalmente sob controle da Companhia. Trata-se de uma obrigação não reconhecida, uma vez que não é provável que haja uma exigência de saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação, mas são divulgados em notas explicativas. Na divulgação, é realizada uma breve descrição da natureza do passivo contingente, uma indicação das incertezas sobre o valor do eventual desembolso, ou sobre o valor de qualquer reembolso esperado, quando for o caso.

11. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	2023	2022
Circulante		
PIS/Pasep	280	263
Cofins	1.486	1.409
ICMS	2.565	2.414
ISSQN	143	78
INSS	400	362
Outros	64	201
	4.938	4.727

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social

	2023	2022
Circulante		
Imposto de renda	7.151	7.129
Contribuição social	2.891	2.854
Total	10.042	9.983

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia possui créditos tributários de imposto de renda, constituídos à alíquota de 25%, e contribuição social, constituídos à alíquota de 9%, referentes aos efeitos de diferenças temporárias relacionadas ao seguintes itens:

	2023	2022
Passivos fiscais diferidos		
Custo atribuído	(14.875)	(16.138)
Ressarcimento de custos do GSF	(7.045)	(9.625)
Total do passivo líquido	(21.920)	(25.763)

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos é como segue:

	2023	2022
Saldo inicial	(25.763)	(29.326)
Efeitos alocados às Demonstrações de Resultados	3.842	3.562
Saldo final	(21.920)	(25.763)

c) Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social:

A conciliação da despesa nominal de imposto de renda e da contribuição social com a despesa efetiva apresentada na demonstração de resultado é como segue:

	2023	2022
Lucro antes dos impostos	96.674	92.205
Contribuições e doações indedutíveis	1.358	508
Custo atribuído	2.979	2.979
Provisão PRL	110	112
Provisão Contingências	734	(150)
Realização ressarcimento custos GSF	7.588	7.588
Outros	(89)	(858)
	109.353	102.384
Alíquotas (IR 15% e CSSL 9%)	(26.245)	(24.572)
Incentivos fiscais	1.374	524
Outros	596	-
Imposto de Renda adicional (10% sobre o valor superior a R\$240)	(10.911)	(10.214)
	(35.186)	(34.262)
Ativo Diferido	11.392	10.530
Passivo Diferido	(112)	(52)
Base de Cálculo	11.279	10.478
Alíquota	34%	34%
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	3.835	3.562
Outros*	7	-
	3.842	3.562
Imposto de renda e contribuição social - Despesa efetiva	(31.344)	(30.700)
Alíquota efetiva	32%	33%
Corrente	(35.186)	(34.262)
Diferido	3.842	3.562

*Ajuste de ECF.

Política contábil

A despesa com imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) representa a soma dos tributos correntes e diferidos, que são apresentados de forma segregada nas demonstrações financeiras. A Companhia está sujeita ao regime do lucro real de apuração dos tributos sobre o resultado.

Os tributos correntes e diferidos relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes são reconhecidos no patrimônio líquido.

Em conformidade ao ICPC 22 – Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro, a Companhia avalia periodicamente a posição fiscal das situações nas quais a regulação fiscal requer interpretação e estabelece provisões e/ou divulgações quando apropriado.

Corrente

Tributos correntes ativos e passivos referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos vigentes.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização até o encerramento do exercício, quando então o imposto é devidamente apurado e compensado com as antecipações realizadas.

Diferido

Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Estimativas e julgamentos

Tributos diferidos

Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis e tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais/base negativa de contribuição social não utilizados na extensão que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias e prejuízos fiscais/base negativa possam ser realizadas, exceto no seguinte caso:

Quando o ativo ou passivo fiscal diferido surge do reconhecimento de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal;

Esses tributos são mensurados à alíquota esperada a ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base na legislação tributária vigente na data do balanço.

Ativos de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável ou reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que estes sejam recuperados.

A Companhia registra os ativos e passivos fiscais diferidos líquidos quando possui o direito

executável de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e se os ativos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária na mesma entidade tributável.

As estimativas de lucro tributável futuro, base para a análise de realização de ativos fiscais diferidos líquidos, são baseadas nos orçamentos anuais e de longo prazo, ambos revisados periodicamente e no histórico de lucratividade. Entretanto, o lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas pela Administração quando da definição da necessidade de registrar ou não o montante do ativo fiscal diferido.

13. ENCARGOS SETORIAIS

	2023	2022
Circulante		
Reserva Global de Reversão - RGR	2.286	2.487
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	38	24
Empresa de Pesquisa e Expansão do Sistema Energético – EPE/MME	42	39
Compensação Financeira Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	344	459
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	839	391
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	85	79
CDE sobre P&D	24	23
	3.658	3.502
Não circulante		
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	2.495	2.264
	2.495	2.264
TOTAL	6.153	5.766

a) Pesquisa, desenvolvimento e inovação

As concessionárias e permissionárias de geração e transmissão de energia elétrica devem destinar, anualmente, 1% da receita operacional líquida regulatória para projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação do setor elétrico. A movimentação dos saldos é conforme segue:

	31/12/2022	Adições	Recolhimentos	Investimentos	Atualização financeira	31/12/2023
FNDCT	79	494	(488)	-	-	85
MME	39	247	(244)	-	-	42
P&D	2.655	346	-	(28)	361	3.334
	2.773	1.087	(732)	(28)	361	3.461

	31/12/2021	Adições	Recolhimentos	Investimentos	Atualização financeira	31/12/2022
FNDCT	67	464	(452)	-	-	79
MME	33	232	(226)	-	-	39
P&D	2.333	326	-	(302)	298	2.655
	2.433	1.022	(678)	(302)	298	2.773

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 2022 era de R\$36.833 subscrito e integralizado, constituído por 361.200.000 (trezentos e sessenta e um milhões, duzentos mil) ações, sendo 120.401.400 (cento e vinte milhões, quatrocentos e um mil e quatrocentas) ações ordinárias e 240.798.600 (duzentos e quarenta milhões, setecentos e noventa e oito mil e seiscentas) ações

preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig Geração e Transmissão – Cemig GT.

O controle acionário da Companhia não poderá ser transferido, cedido ou de qualquer forma, alienado, direta ou indiretamente, gratuita ou onerosamente, sem a prévia concordância da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel.

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas assembleias gerais. As ações preferenciais não conferem direito a voto a seu titular, sendo a elas assegurada a prioridade no reembolso do valor das ações subscritas e integralizadas, no caso de dissolução da Companhia ou distribuição de dividendos.

b) Reservas de lucros

A composição da conta de reservas de lucros é demonstrada como segue:

	2023	2022
Reservas de lucros		
Reserva legal	7.367	7.367
Reserva de lucros (Dividendos adicionais propostos)	18.299	31.735
	25.666	39.102

Reserva legal

A constituição da reserva legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. A Companhia não constituiu reserva legal em 2023, uma vez que está limitada a 20% do capital social.

c) Reserva de ajustes de avaliação

Os valores registrados como custo atribuído dos ativos de geração devem-se à avaliação dos ativos de geração, com a definição do seu valor justo pelo custo de reposição na adoção inicial das normas contábeis internacionais em 1º de janeiro de 2009, quando tal avaliação implicou em um aumento no valor desses ativos, com o registro na conta específica do Patrimônio Líquido.

d) Dividendos

O estatuto social da Companhia determina o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de 50% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma legal a título de estatutários, após a compensação dos prejuízos acumulados.

O cálculo dos dividendos propostos para distribuição aos acionistas referente ao resultado está demonstrado abaixo:

	2023	2022
Dividendos obrigatórios		
Resultado do exercício	65.330	61.505
Realização do custo atribuído	1.966	1.966
	67.296	63.471
Dividendos mínimos obrigatórios - 50%	33.648	31.736
Dividendos intercalares, contemplando o mínimo obrigatório	48.997	-
Dividendos obrigatórios	-	30.923
Dividendos adicionais propostos	18.299	31.735
Juros sobre capital próprio	-	813
	67.296	62.658

Destinação do resultado de 2023 – Proposta da Administração

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária – AGO, a ser realizada em 2024, que, ao resultado do exercício no montante de R\$65.330, e do saldo de lucros acumulados no valor de R\$1.966, referente à realização da reserva de ajustes de avaliação, seja dada a seguinte destinação:

- O montante de R\$48.997 pago em 2023 como dividendos intercalares contempla o valor de dividendos mínimos obrigatórios de R\$33.648; e
- R\$18.299 para pagamento de dividendos adicionais propostos.

Os dividendos devem ser pagos aos acionistas até 31 de dezembro de 2024, conforme disponibilidade de Caixa e a critério da Diretoria, fazendo jus ao recebimento os acionistas que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registro de Ações Nominativas na data da Assembleia Geral que deliberar sobre esse assunto.

e) Movimentação dos dividendos

Saldo em 31 de dezembro de 2022	31.614
Dividendos adicionais propostos para o exercício de 2022	31.735
Dividendos Intermediários 2023 (contempla mínimo obrigatório)	48.997
(=) Saldo de dividendos aprovados	112.346
Pagamentos de dividendos e JCP – ver detalhamento em (f)	(112.346)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-

f) Pagamento de dividendos

Pagamento de dividendos obrigatórios ref. 2022	30.923
Pagamento de dividendos adicionais ref. 2022	31.735
Pagamento de dividendos intercalares ref. 2022	48.997
Pagamento de JCP ref. 2022	813
IRRF sobre JCP declarados	(121)
	112.346

15. RECEITA

	2023	2022
Fornecimento bruto de energia elétrica (a)	171.667	161.364
Deduções à receita operacional (b)	(48.745)	(45.263)
Receita operacional líquida	122.922	116.101

a) Fornecimento bruto de energia elétrica

	R\$	
	2023	2022
Fornecimento Industrial	170.822	159.664
Fornecimento – Não faturado	682	1.651
Transações com energia na CCEE	163	49
Total	171.667	161.364

O único contrato de compra e venda de energia assinado com a Aperam Inox América do Sul S.A prevê faturamento a preços mensais fixos, atualizados monetariamente em bases anuais pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M, calculado pela Fundação Getúlio Vargas.

Deduções à receita operacional

	2023	2022
Cofins	11.146	10.079
Pasep	2.413	2.188
ICMS	30.605	28.740
Reserva Global de Reversão – RGR	947	1.102
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	1.086	1.022
Taxa de Fiscalização Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	369	280
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	2.179	1.852
TOTAL	48.745	45.263

Política contábil

De forma geral, as receitas são reconhecidas quando uma obrigação de performance é satisfeita, pelo valor que se espera receber em troca dos bens ou serviços transferidos, o qual deve ser alocado à obrigação de desempenho. A Companhia reconhece a receita somente quando é provável que receberá a contraprestação em troca dos bens ou serviços transferidos, considerando a capacidade e a intenção do cliente de cumprir a obrigação de pagamento.

As receitas de transações com energia são registradas com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. As receitas de fornecimento de energia para consumidores finais são reconhecidas mensalmente, quando há o fornecimento de energia elétrica, com base na energia medida e faturada.

Estimativas e julgamentos

A Companhia reconhece a receita correspondente ao fornecimento de energia não faturado do período entre o último faturamento e o final de cada mês, estimado com base no fornecimento contratado. Historicamente, as diferenças entre os valores não faturados estimados e realizados no mês subsequente não são relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

16. CUSTOS E DESPESAS

Energia elétrica comprada para revenda

	2023	2022
Energia de curto prazo - CCEE	5.252	5.419
Energia adquirida no ambiente livre	619	-
Créditos de PIS/Pasep e Cofins	(543)	(501)
TOTAL	5.328	4.918

Custos e despesas

	Custos de operação		Despesas gerais, administrativas e outras despesas		Total	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Pessoal	1.608	1.423	495	776	2.103	2.199
Materiais	626	659	13	19	639	678
Serviços de Terceiros (a)	6.918	5.941	619	1.232	7.537	7.173
Depreciação	13.582	13.551	-	-	13.582	13.551
Outros custos/despesas (b)	759	19	1.685	674	2.444	693
TOTAL	23.493	21.593	2.812	2.701	26.305	24.294

a) Serviços de terceiros (custos de operação)

	2023	2022
Manutenção, Conservação e Instalação	3.042	2.563
Comunicação	148	91
Meio Ambiente	339	213
Mão de obra contratada	2.627	2.728
Outros	762	346
TOTAL	6.918	5.941

b) Outras despesas

	2023	2022
Doações	718	215
Patrocínios – lei Rounet	640	293
Taxas (IPTU, seguros, impostos gerais)	250	106
Diversas	77	60
TOTAL	1.685	674

17. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2023	2022
Receitas financeiras		
Renda de aplicação financeira	6.765	4.555
Variação monetária depósito judicial	1	(6)
Pasep e Cofins sobre receitas financeiras (1)	(317)	(287)
Atualização de créditos de PASEP/COFINS sobre ICMS – receita financeira (2)	-	1.611
Outras receitas financeiras	103	10
	6.552	5.883

Despesas financeiras

Varição monetária	(361)	(299)
Atualização de créditos de PASEP/COFINS sobre ICMS – despesa financeira (2)	(666)	-
Juros passivo de arrendamentos	(17)	(10)
Outras despesas financeiras	(123)	(258)
	(1.167)	(567)
Resultado financeiro	5.385	5.316

(1) As despesas com PIS/Pasep e Cofins são incidentes sobre as receitas financeiras.

(2) A atualização dos créditos tributários referentes a PIS/Pasep e Cofins, decorrentes da exclusão do ICMS da sua base de cálculo, e do passivo a restituir aos consumidores é apresentada pelo valor líquido. Com a compensação dos créditos, o passivo a restituir aos consumidores passou a superar o valor dos créditos a compensar, gerando uma despesa financeira líquida nas demonstrações financeiras consolidadas.

Política contábil

As receitas financeiras referem-se principalmente a receita de aplicação financeira, acréscimos moratórios sobre venda de energia elétrica, atualização de créditos tributários, atualização dos ativos financeiros da concessão, atualização de depósitos vinculados a litígios e variação de valor justo ou juros sobre outros ativos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem encargos de dívidas, variação cambial e variação monetária sobre empréstimos, debêntures e outros passivos financeiros. Incluem, também, a variação negativa do valor justo sobre outros ativos e passivos financeiros. Os custos dos empréstimos, não capitalizados, são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações consolidados, bem como as principais condições relacionadas aos negócios com partes relacionadas da Companhia estão demonstradas a seguir:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Operações com energia elétrica								
Cemig Distribuição	-	-	-	-	-	-	(97)	(42)

As operações de venda e compra de energia elétrica entre geradores e distribuidores são realizadas por meio de leilões no ambiente de contratação regulado organizados pelo Governo Federal. No ambiente de contratação livre, por sua vez, são realizadas por meio de leilões ou mediante contratação direta, conforme legislação aplicável. Já as operações de transporte de energia elétrica são realizadas pelas transmissoras e decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional pelo Operador Nacional do Sistema (ONS).

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Convênio de compartilhamento								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	287	286	-	-	(853)	(913)
Convênio de compartilhamento - O&M								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	417	164	-	-	(2.625)	(2.728)

A Companhia possui dois contratos de compartilhamento de gastos com empresas do Grupo, trata-se do convênio de compartilhamento recursos humanos e infraestrutura e do convênio de operação e manutenção da geração de energia elétrica.

O convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig D, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo foi anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016 e inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática.

Já o convênio de compartilhamento recursos humanos e infraestrutura entre Cemig Geração e Transmissão e suas subsidiárias integrais de geração foi anuído pelo Despacho Aneel 1.319/2020 e inclui, apenas, o reembolso de despesas relacionadas aos processos de engenharia, operação e manutenção da geração de energia elétrica.

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
FIC Pampulha								
Circulante								
Caixa e equivalentes	1.827	3.746	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	4.012	22.227	-	-	27	596	-	-
Não circulante								
Títulos e valores mobiliários	-	84	-	-	-	-	-	-

A Companhia aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Cemig. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica “Títulos e Valores Mobiliários” e “Caixa e equivalentes de caixa”, no ativo circulante e não circulante.

Os recursos destinados ao fundo de investimento foram alocados em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos, apenas, a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

Remuneração do pessoal-chave da administração

Os custos totais com o pessoal-chave da administração, composto pela Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 são demonstrados na tabela abaixo:

	2023	2022
Remuneração	86	78
Participação nos resultados	19	18
Previdência privada	3	3
Total (1)	108	99

- (1) A Companhia não remunera diretamente os membros do pessoal-chave da administração, sendo remunerados pelo acionista controlador. O reembolso dessas despesas é realizado por meio do convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo, anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016.

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

	Nível	2023		2022	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos					
Custo amortizado					
Consumidores, concessionárias e permissionárias		11.499	11.499	10.829	10.829
Títulos e valores mobiliários		41	41	3.193	3.193
Depósitos judiciais		1.768	1.768	1.766	1.766
		13.308	13.308	15.788	15.788
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de caixa - Aplicações financeiras	2	1.930	1.930	3.852	3.852
Títulos e valores mobiliários					
Certificados de Depósitos Bancários - CDBs	2	383	383	2.441	2.441
Letras Financeiras Bancos - LFs	2	2.472	2.472	11.554	11.554
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	1.115	1.115	5.123	5.123
		5.900	5.900	22.970	22.970
		19.208	19.208	38.758	38.758
Passivos					
Custo amortizado					
Fornecedores		(2.729)	(2.729)	(2.523)	(2.523)
Arrendamentos		(248)	(248)	(90)	(90)
		(2.977)	(2.977)	(2.613)	(2.613)

A Companhia não operou instrumentos financeiros derivativos em 2023 e 2022.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e classifica os mesmos conforme as normas contábeis vigentes. O valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado utilizariam ao precificar um ativo ou passivo, presumindo-se que ajam no seu melhor interesse econômico. As informações aplicadas nas técnicas de avaliação do valor justo são classificadas em três níveis de hierarquia do valor justo, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo:** Preço Cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo:** Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo:** Título Patrimonial - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

A hierarquia de valor justo prioriza as informações (inputs) das técnicas de avaliação e não as técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo. Em alguns casos, são utilizadas informações de diferentes níveis da hierarquia na mensuração do valor justo, sendo estas classificadas integralmente no mesmo nível de hierarquia de valor justo aplicável à informação significativa de nível mais baixo. Para os ativos e passivos reconhecidos ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se houve transferência entre os níveis da hierarquia, reavaliando a categorização definida.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

b) Gestão de riscos

O gerenciamento de riscos corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de governança corporativa alinhada com o processo de planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

A Companhia monitora o risco financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando, quando necessário, estratégias de proteção (*hedge*) aos riscos de câmbio, juros e inflação, os quais estão efetivos, em linha, com a estratégia da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de crédito

O risco decorrente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

Risco de taxa de juros

Este risco advém do impacto das oscilações das taxas de juros nacionais sobre o resultado financeiro líquido composto pelas receitas financeiras atreladas às aplicações financeiras realizadas pela Companhia. A Companhia não utiliza da contratação de instrumentos financeiros derivativos para proteção desse risco. A variação das taxas de juros é continuamente monitorada com o objetivo de avaliar a necessidade de contratação de instrumentos financeiros que mitiguem esse risco.

Risco de liquidez

A Companhia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Companhia administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente o seu Fluxo de Caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das empresas, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em Política de Aplicações, manejando seus recursos em fundos de investimento de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDB's ou operações de overnight remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a Companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta *ratings*, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com dívidas pactuadas, incluindo as atualizações monetárias até as datas de vencimentos contratuais, está apresentado conforme abaixo.

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
- Pré-fixadas						
Fornecedores	2.269	460	-	-	-	2.729
Arrendamentos	4	8	33	135	212	392
TOTAL	2.273	468	33	135	212	3.121

Outros riscos não financeiros monitorados pela administração

Risco de não renovação das concessões

A Companhia possui concessão para exploração dos serviços de geração de energia elétrica com a expectativa, pela Administração, de que seja renovada pela ANEEL e/ou Ministério das Minas e Energia. Caso a renovação da concessão não seja deferida pelos órgãos reguladores ou mesmo renovada mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia ("concessão onerosa"), os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

Política contábil

Os instrumentos financeiros podem ser classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado, mediante análise das características do fluxo de caixa contratual e do modelo de negócios da Companhia para gestão destes instrumentos financeiros. Atualmente, a Companhia não possui instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

As correspondentes divulgações sobre as principais premissas utilizadas nas avaliações ao valor justo são resumidas nas respectivas notas explicativas.

Mensurados ao custo amortizado

Encontram-se nesta categoria os ativos financeiros que (i) são mantidos dentro do modelo de negócio da Companhia com o objetivo de receber fluxos de caixas contratuais e (ii) os termos contratuais desses ativos dão origem a fluxos de caixa conhecidos que constituem, exclusivamente, pagamento de principal e juros, conforme segue:

- créditos com consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia;
- títulos e valores mobiliários para os quais há a intenção positiva de mantê-los até o vencimento e os seus termos contratuais originam fluxos de caixa conhecidos que constituem, exclusivamente, pagamentos de principal e juros.

Encontram-se nessa categoria os seguintes passivos financeiros:

- fornecedores;
- arrendamentos;

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Estimativas e julgamentos

Valor justo por meio do resultado

Encontram-se nesta categoria os equivalentes de caixa e os títulos e valores mobiliários que não são classificados como custo amortizado.

As correspondentes divulgações sobre as principais premissas utilizadas nas avaliações ao valor justo são resumidas nas respectivas notas explicativas.

* * * * *

Thadeu Carneiro da Silva
Diretor-Presidente

Sérgio Teixeira de Castro
Diretor

Leonardo George Magalhães
Diretor Presidente Interino

Mário Lúcio Braga
Superintendente de Controladoria

José Guilherme Grigolli Martins
Gerente de Contabilidade Financeira e
Participações
Contador - CRC - 1SP/242451-04



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Telefone +55 (31) 2128-5700
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Sá Carvalho S.A.**
Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Sá Carvalho S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sá Carvalho S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 26 de junho de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SP-014428/O-6 F-MG


Mateus Cunha Figueiredo
Contador CRC MG-105612/O-0

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os Conselheiros Fiscais da Sá Carvalho S.A., infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31-12-2023, bem como os respectivos documentos complementares. Após apresentação feita pela Administração da Companhia e considerando, ainda, o Parecer e os esclarecimentos prestados pelos auditores independentes, os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, opinaram favoravelmente à sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em 2024.

Belo Horizonte, 26 de junho de 2024.

Eduardo José de Souza, Conselheiro

Paulo César Teodoro Bechtluft, Conselheiro

Francisco Luiz Moreira Penna, Conselheiro